

Sarney busca consenso para economia

Reunião técnica no Torto será seguida por outras, para formular política

Uma mesa redonda na Granja do Torto, com a presença dos ministros da área econômica e de scholars como os professores Mário Henrique Simonsen e Luiz Gonzaga Belluzzo, abre hoje uma nova fórmula para se buscar um consenso político na economia, objetivo do presidente José Sarney, que dirigirá a reunião. Mas já se sabe que essa mesa redonda não constituirá um fato isolado: o Presidente pretende realizar novos encontros do gênero, com um mesmo núcleo de participantes, para neles basear a gestão da economia.

Quem confirmou a sondagem para a participação em reuniões futuras foi o professor Yuichi Tsukamoto, de 57 anos, que trabalha na Universidade de São Paulo e na Fundação Getúlio Vargas, sendo também diretor do grupo Sharp. "O presidente Sarney", dizia ele ontem, "tem condições políticas para comandar a discussão e traçar uma nova economia política, não conjuntural e sim de médio prazo".

Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, há vinte anos, convidado para integrar o corpo docente da USP até 1986, Tsukamoto não participará da reunião de hoje do presidente Sarney e os ministros da área econômica e mais o chanceler Olavo Setúbal com economistas das diversas tendências. Mas o professor da USP/FGV confirmou a sondagem — na verdade, quase certeza — para participar das futuras reuniões na Granja do Torto que cuidarão da elaboração da economia política da "Nova República".

Embora sem periodicidade fixa — Sarney fará os convites, quando julgar oportuno e necessário — outras reuniões acontecerão para que o governo obtenha, após ouvir especialistas das diversas correntes, o apoio global da sociedade à sua economia política. O cenário econômico será traçado para o médio prazo, mas o Presidente tem pouco tempo para traçar os novos rumos. Como observou o professor da USP/FGV, o governo terá o quadro definido a tempo de montar o orçamento único da União, até o final de agosto, quando precisará encaminhar a proposta orçamen-

tária de 1986 ao Congresso Nacional.

Na opinião do economista de São Paulo, a reunião de hoje servirá para a busca do consenso a favor da economia política pretendida por Sarney. A partir da visão única dos ministros em torno do cenário, o Presidente terá condições de selecionar a política econômica desejada e viável.

Nesta etapa, Tsukamoto explicou que a equipe de governo deverá falar menos e quantificar mais, já que o consenso quanto à economia política estará garantido a Sarney. Então, ministros não poderão questionar o limite de atuação recíproca — o Presidente acabará com a delegação ao ministro da Fazenda, Francisco Neves Dornelles, de regente da renegociação da dívida externa — e precisarão, antes de mais nada, revelar eficiência e trabalho.

Para o professor da USP/FGV, as notas do ministro João Sayad, do Planejamento, sobre o IV Plano Nacional de Desenvolvimento, constituem início muito importante para a montagem da economia política do governo Sarney, desde que haja a quantificação mais precisa possível dos objetivos. Lembrou que, quanto mais incerta a situação, mais necessário o planejamento, a pior coisa é andar no escuro.

Qualquer administração precisa ter visão detalhada do futuro próximo e o avanço da informática permite o planejamento econômico, destacou Tsukamoto. A cúpula do governo deve ter dados para examinar em detalhes as questões de natureza econômica e social. Por exemplo, na definição da estratégia de combate à pobreza, o governo precisa analisar os dois aspectos para saber até que ponto avança para contrabalançar pressões sociais.

Em sua opinião, o governo Sarney já explora todos os mecanismos possíveis para obter a melhor renegociação da dívida. Mas o professor da USP/FGV não tem dúvida de que o Brasil pode e deve endurecer com o Fundo Monetário Internacional. Com o FMI, segundo ele, o Brasil deve abandonar a simples troca de argumentos e contra-argumentos para mostrar o que a Nação deseja. "É possível mudar a ortodoxia do FMI" — disse Tsukamoto.

"Apenas uma discussão de idéias"

O ministro José Hugo Castello Branco, chefe do Gabinete Civil, classificou de "debate ao nível das idéias" a reunião que acontecerá hoje entre o presidente Sarney, oito ministros e seis economistas. Uma reunião para tratar de assuntos econômicos e financeiros, mas que não tem por objetivo avaliar a atuação de nenhum dos ministros da área econômica até o momento. Ao contrário, como disse José Hugo, será uma reunião para se ouvir as diversas opiniões, para se debater questões econômicas.

Ele citou, por exemplo, o fato de ter sido convidado o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, monetarista, e economistas como Antonio Dias Leite, estruturalista. O ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, também participa da reunião, mas não para se definir uma política sobre a dívida externa. Segundo José Hugo, vai se debater, isto sim, a "conjuntura financeira in-

ternacional".

Esta que pretende ser a primeira de uma série de reuniões promovidas pelo presidente José Sarney terá início às 8 horas, na Granja do Torto, e não deverá terminar antes das 15 horas. Por volta das 13 horas haverá uma interrupção para o almoço, prosseguindo logo após, o que faz prever um atraso maior para o término.

Além do presidente José Sarney, participam da reunião os ministros José Hugo, do Gabinete Civil; Ivan de Souza Mendes, do SNI; Rubens Bayma Denys, do Gabinete Militar; Aureliano Chaves, das Minas e Energia; Olavo Setúbal, das Relações Exteriores; João Sayad, do Planejamento; Francisco Dornelles, da Fazenda; Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio. Os economistas convidados são Mário Henrique Simonsen, Ibraim Eris, Antonio Dias Leite, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Melo e Luiz Paulo Rosemberg.

QUEM VAI PARA A GRANJA DO TORTO



Simonsen

Mário Henrique Simonsen, professor de Microeconomia na Fundação Getúlio Vargas, foi presidente do Mobral e duas vezes ministro: da Fazenda no governo Geisel e do Planejamento nos primeiros seis meses no governo Figueiredo. Pressionado pelos colegas de Ministério que pretendiam um orçamento mais flexível, demitiu-se em agosto de 1979. A partir daí, criticou diversas vezes as políticas adotadas pelo sucessor Delfim Netto.

Luiz Gonzaga Belluzzo exerce a dupla função de professor de Economia na Universidade Estadual de Campinas — um dos núcleos acadêmicos mais hostis à orientação do ministro Delfim — e de chefe da assessoria econômica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

João Manuel Cardoso de Melo, também da Unicamp, assume posições mais nitidamente de esquerda. Após vincular-se ao PMDB de São Paulo, participou da maior parte dos trabalhos realizados a nível estadual e nacional de que resultou o programa econômico do partido.

Luiz Paulo Rosemberg integrou durante muitos anos a equipe do ministro Delfim Netto, embora procurasse sempre evitar comportar-se como um Delfim boy. Pelo contrário, era visto com frequência como uma espécie de enfant terrible, ante as discordâncias de caráter teórico e prático com os delfinistas mais integrados.

Ibraim Eris, da Faculdade de Economia da USP, foi trazido por Delfim a Brasília para participar — embora sem posto definido — dos estudos sobre a reforma tributária que o governo Figueiredo dizia pretender.

Antonio Dias Leite caracterizou-se logo após o movimento de 64 por suas violentas críticas ao modelo econômico adotado pelo então ministro Roberto Campos, que era defendido por Mário Simonsen. Por isso mesmo, sua escolha para presidente da Vale do Rio Doce e depois para ministro das Minas e Energia, pelo marechal Costa e Silva, foi sempre interpretada como um gesto de hostilidade para com o governo anterior. Professor da UFRJ.

Encontro evitará uma visão parcial

FROTA NETO

Da Editoria de Economia

A Granja do Torto vai se transformar hoje num campus universitário todo especial. Nele estará um "aluno" privilegiado: o presidente da República, José Sarney. Durante toda a jornada, Sarney será introduzido nos labirintos de uma diversificada "religiosidade": as divergências do pensamento econômico entre os economistas que formam o leque ideológico acadêmico e tecnocrático brasileiro.

A reunião não terá função de apresentar uma conclusão. Não haverá confronto entre ministros. Nem desafio entre ministros e economistas de fora do Governo. Mas não há como fugir à evidência de que deste e dos futuros encontros deverá começar a nascer a nova estratégia econômica do Governo. Essas reuniões deverão dar origem à certidão de nascimento do programa do Governo Sarney.

MÁGICA

Esse programa deverá ter como pedra de toque a mágica que ainda não foi definida: conciliar a busca do desenvolvimento com o combate à inflação e o relativo equilíbrio das contas externas. O desafio que o presidente Sarney poderá lançar a cada um dos participantes do encontro de hoje, sem particularizar este ou aquele setor, é saber como cada um concebe a realização dessa mágica. A busca é de uma resposta ou o elenco de alternativas mais próximo do projeto político do governo.

Uma coisa deverá ficar evidenciada nesse como em futuros encontros: o presidente não abre mão do desenvolvimentismo. Tal decisão deve, inclusive, delimitar os termos com que o Governo renegocia sua dívida externa. Mais do que isso, Sarney poderá revelar os primeiros sinais de impaciência com a constatação de que o crescimento econômico ainda não começou a acontecer.

O campus da Granja do Torto será especial também por outras razões. Na base das exposições econômicas está a função política. Com a audiência diferenciada e diversificada, o presidente opta pela ampliação do processo coletivo de idéias e alternativas para os problemas econômicos do País. O encontro não tem o propósito de crucificar ninguém mas

tem como efeito e consequência evitar que o presidente fique prisioneiro do pensamento econômico de um ou de outro ministro — ou do conjunto deles. A simbólica "torre de marfim" é, desse modo, condenada ao desaparecimento.

O presidente quer ouvir, e, nessa audiência, apreender causas e efeitos das diferentes propostas. Como o Governo ainda não tem um programa econômico definido, o que ali for dito com sentido econômico, político e social deverá ser ponderado na formulação das diretrizes do Governo. Preocupado em dar unidade de linguagem e de ação a todo o Governo e não apenas ao ministério (e assessorias), o Governo poderá acelerar a canalização do debate, da discussão e da apresentação de propostas e sugestões para a construção dessas diretrizes que, uma vez formuladas e explicitadas, serão uma espécie de mandamento a ser obedecido.

O ALUNO PRIVILEGIADO

Essa a perspectiva descortinada sobre o conjunto colegiado a estar presente na Granja do Torto — professores universitários, ministros e ex-ministros. Mas uma outra é a perspectiva que pode ser desenhada sob o ângulo de apreciação desse que será o "aluno" privilegiado do campus universitário particular e especial — o presidente da República.

Homem das leis (advogado), das letras (Academia Brasileira e jornalista), e da negociação (político), Sarney não é, porém, um homem dos números. Sua biografia política o cita desde 1956 como suplente de deputado federal, vice-líder da UDN (1959/60), governador do Maranhão (1965/70), senador da República desde então. Em sua atuação como parlamentar, percorreu comissões técnicas como de Constituição e Justiça, e o mais próximo do trato econômico que esteve foram os problemas de seu Estado, a representação do Conselho Deliberativo da Sudene e da Sudam.

É natural, assim, que o presidente demonstre uma curiosidade fundamental pelo cerne político da questão econômica num momento em que o Brasil enfrenta e atravessa uma das mais — ou talvez a mais — grave crise de sua história econômica. Nesse primado de observação, uma das primeiras especulações é de que,

qualquer que seja a teoria para a qual se incline, o programa que adote ou a diretriz que estabeleça, Sarney não poderá deixar seu Governo fazer um acordo com o Fundo Monetário e os demais credores externos que o delixe em desvantagem perante a opinião pública ou se apresente como uma "concessão" de princípios.

A obediência a esse primado — básico em política (e Sarney é do ramo) — poderá levar o Brasil a uma prolongada renegociação. Há um foco em tela: as eleições municipais nas capitais em novembro próximo, e, por trás dessa tela há uma sombra: as eleições para a Constituinte no ano que vem. O presidente tem esse calendário político ao estabelecer limites e cronogramas econômicos.

COM OS CREDORES

Mas uma outra premissa é certa: de algum modo o Brasil vai ter que se entender com os seus credores. Realista, o presidente sabe que o Governo não pode desconhecer a comunidade financeira internacional. Sem ela o Brasil se isola, entra em inanição muito mais grave e perigosa para sua estabilidade política que pontos de acertos negociados com os credores. Há, pois, uma possibilidade de o Governo tentar harmonizar dois antagonismos econômicos: uma política interna desenvolvimentista obtida em troca de um alinhamento econômico internacional mais próximo do liberalismo. As indicações sobre livre iniciativa, redução do papel do Estado na economia e controle sobre as empresas estatais, presentes em todos os pronunciamentos de Sarney como estive-ram nos discursos de Tancredo Neves, parecem ter esse rumo.

A questão que começa a se impor vem de um outro matiz. Sarney sabe que o País tem pressa em colher as respostas para as indagações que faz. Não sobre o futuro a longo prazo, pois, como lembrava Keynes, a longo prazo todos os atuais viventes estarão mortos. O que o brasileiro de hoje quer saber é como será possível viver no Brasil do amanhã imediato.

Depois de intensificar essa coleta do pensamento nacional, o presidente poderá acelerar o processo de respostas. Um elenco de respostas a constarem de um programa econômico — parte essencial e vital de um projeto político.